

TOPONÍMIA DE PRAIAS PALMENSES

TOPONYMY OF PALMENSE BEACHES

Paulo Vitor Rodrigues de Melo 1
Ana Lourdes Cardoso Dias 2

Licenciado em Letras – Língua Portuguesa pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO/Campus Palmas. Mestrando em Linguística pela Universidade de Brasília - UnB.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1169387420992559>.
E-mail: paulovitor.rmd@gmail.com.

Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás – UFG. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – Campus/Palmas.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0668489410854379>.
E-mail: ana.dias@ifto.edu.br

Resumo: Este estudo, de natureza qualitativa, teve por objetivo analisar os topônimos utilizados na designação oficial das cinco praias da cidade de Palmas, sendo elas: Praia das Arnos, Praia dos Buritis, Praia do Caju, Praia do Prata e Praia da Graciosa. Para tanto, inicialmente, realizou-se revisão bibliográfica sobre a história da cidade palmense, a partir de Nascimento (2004) e Póvoa (2004). Nessa fase da pesquisa, foi realizada também consulta no site da Prefeitura de Palmas e no portal de Turismo do Estado do Tocantins para levantamento de informações sobre as referidas praias. Para análise dos topônimos, buscou-se aporte teórico nas contribuições das seguintes pesquisadoras: Dias (2013; 2016; 2018), Dick (1990) e Isquerdo (2002). Como estudos toponímicos estão diretamente entrelaçados à Semântica, utilizou-se também contribuição do semanticista Guiraud (1980). Como forma de aprofundar-se nos significados dos topônimos, buscou-se recorrer à etimologia, como base em Cunha (2007) e Guérios (1981). O interesse pela pesquisa dos topônimos das cinco praias palmenses possui justificativa no reflexo que esse tipo de trabalho suscita, isto é, interação entre língua e contexto sociocultural. Dessa forma, a tessitura deste trabalho surge como forma de corroborar a identidade do povo palmense. A análise dos topônimos revelou traços contributivos da cultura indígena na formação da capital, sendo que em termos de classificação toponímica, notou-se complementação entre taxionomias de natureza física e natureza cultural.
Palavras-chave: Toponímia. Palmas. Praias.

Abstract: This qualitative study aimed to analyze the toponyms used in the official designation of the five beaches in the city of Palmas, namely: Praia das Arnos, Praia dos Buritis, Praia do Caju, Praia do Prata and Praia da Graciosa. To this end, initially, a bibliographic research on the history of the city of Palmense was carried out, starting from Nascimento (2004) and Póvoa (2004). In this phase of the research, a consultation was also carried out on the website of the Palmas City Hall and on the Tourism Portal of the State of Tocantins to collect information on the referred beaches. For the analysis of toponyms, a theoretical contribution was sought in the contributions of the following researchers: Dias (2013; 2016; 2018), Dick (1990) and Isquerdo (2002). As toponymic studies are directly intertwined with Semantics, the contribution of the semanticist Guiraud (1980) was also used. As a way of delving into the meanings of toponyms, we sought to resort to etymology, based on Cunha (2007) and Guérios (1981). The interest in researching the toponyms of the five palmense beaches is justified in the reflex that this type of work raises, that is, interaction between language and socio-cultural context. In this way, the weaving of this work appears as a way to corroborate the identity of the palmense people. The analysis of toponyms revealed contributory traits of indigenous culture in the formation of the capital, and in terms of toponymic classification, there was a complementation between taxonomy of physical and cultural nature.
Keywords: Toponymy. Palmas. Beaches.

Introdução

Esta pesquisa teve por objetivo geral a análise dos topônimos utilizados na designação oficial das cinco praias da cidade de Palmas, capital do Tocantins, sendo elas, respectivamente: *Praia das Arnos*, *Praia dos Buritis*, *Praia do Caju*, *Praia do Prata* e *Praia da Graciosa*. A proposta foi fazer um estudo que vincule História, Toponímia e Semântica, com intuito de realizar descrição, análise e interpretação da formação dos itens lexicais utilizados para nomeação dos pontos turísticos palmenses. Por objetivos específicos, destacam-se estes: (i) investigar o contexto sociocultural da cidade de Palmas e das suas cinco praias, buscando verificar de que forma ele se reflete no sistema de nomeação; (ii) examinar o significado de cada nome utilizado no processo denominativo; e (iii) classificar os topônimos específicos das praias em taxionomias, de acordo com suas motivações: física e/ou natureza cultural.

O interesse pela pesquisa dos topônimos das cinco praias palmenses possui justificativa no próprio reflexo que esse tipo de trabalho suscita, isto é, interação entre língua e contexto sociocultural. Dessa forma, a tessitura deste trabalho surge como forma de corroborar a identidade do povo palmense. Sobre essa questão, na primeira parte deste artigo, apresenta-se o contexto histórico da cidade de Palmas, objetivando resgatar os motivos que originam o local. Na segunda e terceira seção, faz-se uma revisão teórica da literatura científica, a qual fundamenta a análise do objetivo proposto. Na quarta seção, estão explicitadas considerações sobre o percurso metodológico desenvolvido. Em seguida, já na quinta seção, é feito um retorno à história, com objetivo de explicar sobre a criação de cada uma das praias palmenses. Para, logo após, proceder-se com análise de cada topônimo específico das praias. Na seção *Algumas considerações*, apresentam-se, de modo geral, reflexões sobre o estudo ora desenvolvido.

Palmas - capital do Tocantins

Planejada para ser a capital definitiva do estado do Tocantins, Palmas foi criada em 20 de maio de 1989, vindo a ser instalada em 1º de janeiro de 1990, quando o município de Miracema do Tocantins deixa de ser a capital provisória do estado. Segundo Nascimento (2004), a ideia de construir uma nova cidade para ser capital do Tocantins surgiu em decorrência de complicações encontradas por Siqueira Campos, primeiro governador do estado, em definir uma cidade já existente como capital. Para Póvoa (2004), optou-se pela criação de uma cidade, porque, na época, tinha-se como propósito que a capital do Tocantins deveria ser uma cidade moderna e funcional. Por esse motivo, não era justificável a escolha de uma cidade já existente.

Nesse contexto, surge Palmas, situada à margem direita do rio Tocantins, no centro geográfico do estado. Projetada pelo Grupo Quatro, com coordenação de arquitetos como Valfredo Antunes e Luiz Fernando Cruvinel, a capital efetiva do Tocantins foi planejada com intuito de ser uma cidade com espaços amplos, bem distribuídos e numa perspectiva de valorização de preceitos ambientais, de modo que seus habitantes tenham oportunidade de viver com confortos oferecidos pela vida moderna, de forma harmônica com a natureza e sem agredir o meio ambiente (PÓVOA, 2004). Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2017, a população estimada de Palmas é de 299.127 pessoas.

De acordo com Nascimento (2004), a escolha do primeiro prefeito de Palmas foi por meio de um evento estratégico por parte de lideranças políticas. A transferência da capital do Tocantins, de Miracema (provisória) para Palmas (definitiva), estava programada para 1º de janeiro de 1990. Nesse contexto, por questões legislativas, não se permitia nomeação de prefeito, nem tão pouca eleição extra para escolha. Dessa forma, para os políticos da época, só restava um caminho: incorporar o município de Taquarussú ao de Palmas, com transferência da prefeitura, passando Taquarussú à condição de distrito da nova capital tocantinense.

Assim se fez, ao cair da noite do dia 29 de dezembro de 1989, a Câmara Municipal de Taquaruçu aprova a lei nº 17/89. A oposição entra em pânico, mas é tarde – o golpe de mestre estava dado. Palmas já tinha Prefeito e Câmara de Vereadores, legitimamente constituídos! (NASCIMENTO, 2004, p. 85).

Com base no autor supracitado, com a chegada dos momentos finais do mandato do primeiro prefeito de Palmas, incorporado de Taquarussú, Felelon Barbosa, ocorreu, em 1992, a primeira eleição municipal palmense, com Eduardo Siqueira Campos (filho de Siqueira Campos) eleito prefeito, tendo como vice Mariza Sales.

Segundo Póvoa (2004), o nome da cidade planejada mais nova do Brasil, Palmas, foi escolhido em homenagem à comarca de São João da Palma, Capitania de Goiás instalada em 1809, atualmente cidade de Paranã. Outra justificativa para nomeação é em referência a uma ampla variedade de palmeiras típicas da região, as quais se encontram em quase todo Tocantins, como buriti e babaçu. Nas duas próximas seções, encontram-se tecidas considerações teóricas sobre o campo científico que embasam explicações, por exemplo, dessas duas motivações para escolha do nome da cidade de Palmas, bem como para análise dos topônimos referentes às cinco praias da caçula das capitais brasileiras: objeto de estudo deste trabalho.

Estudos onomásticos: breve contextualização

Conforme Dias (2018), a nomeação pode ser considerada uma prática intrinsecamente humana, que resulta de vivência em sociedade. Desde os tempos antigos o ser humano exerce essa atividade, seja para identificar/singularizar outros seres vivos, seja para identificar/dominar espaços geográficos. A ciência que tem como objeto de investigação tais nomeações é a Onomástica, a qual se divide em duas ramificações: 1. Antroponímia (estudo dos nomes de pessoas) e 2. Toponímia (estudo dos nomes de lugares), área esta em que se insere este trabalho.

Segundo Almeida (2012), os estudos onomásticos transcendem atos de nomeação, já que a Onomástica, enquanto ramo científico da Linguística, engloba processos de compreensão de percursos tomados em diferentes momentos históricos, bem como comportamentos, valores e atitudes (des)valorizadas pela população (DICK, 1990). Nesse sentido, os estudos de processos denominativos necessitam de investigação dos contextos históricos nos quais ocorreram determinadas denominações, não se restringindo apenas a análises linguísticas (etimológica, semântica-lexical e morfológica, por exemplo), conforme afirma Almeida (2012).

Isquerdo (2002) corrobora a perspectiva acima ao afirmar que topônimos normalmente mantêm algum tipo de relação com a história da localidade e da população a que eles pertencem. De acordo com essa autora, os nomes de lugares podem ser considerados manifestações culturais, uma vez que neles estão inseridos valores, crenças e impressões que a natureza exprime no denominador. Dessa forma, esse tipo de estudo propicia percepções de aspectos da relação homem-espaco e homem-homem (DIAS, 2016). No próximo tópico, estão tecidas considerações teóricas específicas acerca desse ramo da Onomástica, isto é, Toponímia.

Estudos toponímicos

Segundo Dick (1990), a Toponímia é uma ciência interdisciplinar que se alia a conhecimentos de outras ciências, como, por exemplo, História, Geografia, Antropologia e Psicologia Social, para responder a questionamentos ligados à compreensão de motivações ocasionadas em denominações de lugares (cidades, vilas, povoados, dentre outros). Nas palavras da autora (1990, p. 35-36), “a Toponímia é um imenso complexo línguocultural, em que os dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e, não, exclusivamente”.

Conforme Isquerdo (2002), a ação do homem de nomear lugares sempre foi praticada como forma de localização, delimitação e apropriação, agindo como marca de identificação sobre o referente nomeado. Por isso, os topônimos costumam revelar traços específicos da realidade material e espiritual de denominadores e da sociedade que os convencionalizam. (SOUZA, 2007). Nesse sentido, a Toponímia colabora com a compreensão de fatos históricos e mentalidade social, política e ideológica de sujeitos de épocas pretéritas (DIAS, 2016).

De acordo com Dick (1990), os estudos de motivações toponímicas em pesquisas contemporâneas podem ser divididos em duas amplas categorias: a) nomeações motivadas por fatores de natureza ambiental (física e natural); e b) nomeações motivadas por aspectos de natureza antropocultural (social, cultural e psíquica). Dito de outro modo, analisam-se topônimos em perspectiva ambiental e sociocultural. Para a autora supracitada, a religiosidade é um dos

fatores culturais mais recorrentes nas motivações toponímicas brasileiras, sendo uma herança sociocultural portuguesa. Para Isquierdo (2002), a flora pode ser considerada uma das fontes mais significativas de motivação toponímica relacionada ao fator ambiental. Para exemplificar, esta pesquisadora apresenta diferentes tipos de palmeiras (buriti, carandá, macaúba, entre outros) na designação de lugares, especialmente acidentes físicos.

Com relação à natureza dos signos toponímicos, Dias (2016) enfatiza que ambos são signos comuns da língua no seu processo inicial. Contudo, ao receberem função específica de nomear lugares, deslocam-se para o sistema lexical onomástico, recebendo assim o caráter diferencial dos topônimos: a motivação. Por constituírem signos de representação, os topônimos entram para categoria de signos de natureza simbólica (motivados/iconográficos).

Para Guiraud (1980), o signo linguístico é motivado quando existe qualquer relação entre significante e significado, indo além de puras convenções dos locutores. Este semantista afirma que toda palavra motivada em sua origem tende a perder seu fator motivacional com o tempo, o que conduz as palavras ao obscurecimento motivacional. Esta natureza do signo linguístico motivado pode ser compreendida como necessária, posto que a perda da motivação possibilita aos falantes a ressignificação dos signos, não os causando restrições de sentidos.

Isso explica, por exemplo, o fato de ser necessário uma certa delicadeza na realização de pesquisas de topônimos com moradores locais, pois nem sempre as explicações expostas por eles condizem com as reais motivações experienciadas pelo denominador. Dessa forma, para que não sejam levantadas interpretações equivocadas, pesquisadores em Toponímia devem buscar suporte em dicionários etimológicos e documentos históricos (ALMEIDA, 2012).

Dias (2016) explica que é interessante pensar em como processos metafóricos e metonímicos agem na nomeação de lugares. Conforme Guiraud (1980), na metonímia a coisa tende a receber o nome de outra coisa com que tinha contato: a parte pelo todo, produtor pelo produto, entre outros. Segundo Dias (2016), topônimos referentes a especificidades locais são exemplos desse tipo de nomenclatura. A pesquisadora apresenta exemplos como Pequizeiro (cidade tocaninense) e Palma (rio e cidade do Tocantins). Quanto à metáfora, definida por Guiraud (1980) como um dos modos mais constantes de nomenclatura popular, Dias (2016) apresenta exemplos como Pé do Morro (comunidade tocaninense) e Pé de Galinha (Bahia).

Pelas explanações teóricas ora apresentadas, percebe-se que a Toponímia se constitui como uma maneira significativa para compreensão do funcionamento do homem em sociedade, partindo do elemento linguístico, o próprio topônimo, buscando alianças com ciências afins. Sendo o topônimo uma criação humana, seus elementos preservam aspectos específicos da cultura de seu povo, como afirma Dias (2013). No tópico seguinte, apresenta-se o percurso metodológico desta pesquisa, bem como classificações taxonômicas propostas por Dick (1990).

Percurso metodológico

Este trabalho tem como objeto de pesquisa os topônimos das cinco praias da cidade de Palmas, sendo elas, respectivamente: *Praia das Arnos*, *Praia dos Buritis*, *Praia do Caju*, *Praia da Graciosa* e *Praia do Prata*. Segundo Dias (2016), estudos de interpretação de significados são maneiras de adentrar em descobertas de cultura de sujeitos historicamente situados, o que inclui produções toponímicas em moldes qualitativos, como ocorre com este artigo.

Esta pesquisa teve como principais objetivos a descrição, a análise e a classificação dos topônimos oficiais utilizados no ato denominativo das praias. Para tanto, foi realizada revisão bibliográfica sobre a história da cidade palmense, buscando compreender características da região e do povo dessa localidade. Os autores que contribuíram para essa etapa da pesquisa foram Nascimento (2004) e Póvoa (2004), além do site do IBGE. Nessa fase da pesquisa, foi realizada também consulta no site da Prefeitura de Palmas e no portal de Turismo do Estado do Tocantins para verificação dos nomes oficiais das respectivas praias, bem como levantamento de informações sobre elas, as quais contribuíram para interpretação dos processos de motivação.

Para revisão teórica da literatura toponímica, foram realizadas leituras das obras dos seguintes autores: Almeida (2012), Dias (2013; 2016; 2018), Dick (1990), Isquierdo (2002) e Sousa (2007). Como os estudos toponímicos estão diretamente entrelaçados à Semântica, foi

utilizada também contribuição teórica do semanticista Guiraud (1980). Como forma de aprofundar-se nos significados dos vocábulos utilizados na designação oficial das praias, buscou-se recorrer à etimologia, com base em Cunha (2007) e Guérios (1981). Como bibliografia complementar, utilizou-se Santos (2017) na parte destinada às considerações históricas sobre as praias, além de Rocha (1998) na análise morfológica do item lexical *Arnos*.

Para análise dos topônimos, utilizou-se de forma adaptada o modelo teórico desenvolvido pela toponimista Maria Vicentina de Amaral Dick (1990). A adaptação foi feita como forma de agrupar as informações essenciais de cada topônimo. Em forma de ficha lexicográfica-toponímica, consideraram-se os seguintes elementos para análise dos topônimos:

- **Topônimo:** nome da praia como consta no site da prefeitura e em mapas;
- **Localização:** indica a localização da praia de acordo com o mapa da cidade;
- **Estrutura morfológica:** indica a constituição do topônimo, como, por exemplo, em simples e composto; classe gramatical; estrutura lexical (composição ou derivação);
- **Etimologia:** trata da origem e dos aspectos semânticos do topônimo;
- **Motivação Toponímica:** o que motivou a escolha do topônimo: evento, entidade ou antropônimo, por exemplo;
- **Mecanismo conceptual:** processo metonímico ou metafórico;
- **Taxonomia:** classificação taxionômica, nos moldes de Dick (1990).

Segundo Dick (1990), as classificações de topônimos podem ser agrupadas levando em consideração dois pontos de vista: (i) *Taxionomias de Natureza Física*, que contemplam 16 taxes; e (ii) *Taxionomias de Natureza Antropocultural*, que contemplam 11 taxes. Como exemplos de taxes de natureza física, tem-se: *litotopônimos*: topônimos de natureza mineral, como em Barrolândia (TO); e *zootopônimos*: topônimos de índole animal, como em Arraias (TO). Como exemplos de taxes de natureza antropocultural, há *axiotopônimos*: topônimos relacionados a títulos e dignidades, como em Presidente Kennedy (TO); e *antrotopônimos*: topônimos relativos a nomes próprios, como em Dianópolis (TO). Para conhecimento de todas as taxes, podem ser consultadas as produções das pesquisadoras Dick (1990) e Dias (2016).

Para análise dos topônimos das praias da cidade de Palmas, foram considerados somente os termos específicos dos sintagmas. Por exemplo, no sintagma *Praia das Arnos*, o item lexical *Praia* é considerado o termo genérico, cuja categorização toponímica relaciona-se a acidentes geográficos; já o item lexical *Arnos* é o específico, o qual apresenta a substância escolhida para referenciar a praia. No próximo tópico, é feita uma apresentação das cinco praias palmenses.

As praias palmenses

As praias de Palmas, capital do estado do Tocantins, são todas artificiais e de água doce; sendo banhadas pelo Lago de Palmas, o qual foi formado a partir da construção da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, inaugurada em 2001, como afirma Santos (2017). Com base no site da Prefeitura de Palmas, o lago possui 172 km de extensão e 8 km de largura (630 km²). No território palmense, há 54 km de comprimento do lago, o restante estando em municípios vizinhos: Miracema do Tocantins, Lajeado, Porto Nacional, Brejinho de Nazaré e Ipueiras. Nos parágrafos seguintes são apresentadas informações sobre cada uma das praias.

A *Praia das Arnos* fica localizada na região norte da cidade, sendo a única praia dessa parte do plano diretor palmense. Considerada pelos habitantes da capital como uma praia popular, seu público maior corresponde aos próprios moradores das quadras da região. Por parte de turistas, essa praia é pouco visitada, já que fica numa região periférica. Com base no site da Prefeitura de Palmas, a faixa de areia da praia corresponde à 8.764 m². O nome específico da praia, *Arnos*, é referente a uma antiga nomenclatura utilizada para designação das quadras que ficam nas proximidades, significando Área Residencial Noroeste. Assim, as quadras dessa região ficaram conhecidas como quadras das Arnos, bem como a praia dessa localidade.

A *Praia dos Buritis* fica localizada na região sul da cidade de Palmas, sendo a mais nova

das praias e também a que fica mais distante do centro da capital (aproximadamente 16 km de distância). Para muitos frequentadores desse ponto turístico, a praia se destaca pelo cenário de fim de tarde, quando o pôr do sol pode ser contemplado em harmonia com os pés de buritis que ficam nas águas doce dessa parte do lago. Inclusive, são os próprios buritis que contribuíram para designação do nome oficial da praia. Com base no site da Prefeitura de Palmas, a faixa de areia da *Praia dos Buritis* corresponde à 8.764 m², mesma quantidade da *Praia das Arnos*.

A *Praia do Caju* está localizada na região sul da capital, assim como a *Praia dos Buritis*. Por conta de sua estrutura simplificada, essa praia é pouco visitada pelos habitantes da capital. Sendo, por isso, a preferida dos que apreciam praias mais simples e com pouco fluxo de visitantes. Com base no site da Prefeitura de Palmas, a faixa de areia dessa praia corresponde à 50 metros de largura e 400 metros de comprimento. O nome específico da praia, *Caju*, faz referência aos pés de cajueiro que podem ser encontrados nas localidades da praia. Plantações como essa, inclusive, podem ser encontradas com facilidade nas áreas da cidade de Palmas.

A *Praia da Graciosa* está localizada na região sul da cidade palmense, assim como as duas praias apresentadas nos dois parágrafos anteriores. Sendo a principal praia da cidade, a *Graciosa* costuma ser utilizada para realização de diversos eventos esportivos e culturais. Como de costume, os palmenses costumam passar a virada de ano no local. Com base no site da Prefeitura de Palmas, a faixa de areia dessa praia corresponde à 50 metros de largura e 400 metros de comprimento, assim como a *Praia do Caju*. O nome específico da praia faz referência a uma antiga aldeia que ficava numa região onde atualmente é pertencente à Palmas: na margem direita do rio Tocantins, perto do Ribeirão Taquarussu. Segundo Póvoa (2004), em 1824, Raimundo José da Cunha Matos, brigadeiro da época, determinou a construção da Aldeia Graciosa para aldeamento de índios da etnia Xerente. O nome da aldeia, *Graciosa*, foi escolhido por Cunha Matos como forma de homenagear sua filha, Graciana Hermelinda da Cunha Matos.

A *Praia do Prata* fica localizada na região sudoeste da cidade de Palmas. Considerada a praia palmense mais equipada e frequentada – tanto por turistas quanto por moradores da capital –, seu nome faz referência a um antigo córrego que existia no local antes da criação do Lago de Palmas, *Córrego Prata*. Com base no portal de Turismo do Estado do Tocantins, esse córrego deu origem a um balneário particular que havia no lugar – Pratinha – sendo substituído pela praia após a formação da Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães. O site da Prefeitura de Palmas informa que a faixa de areia da *Praia do Prata* corresponde à 47.133 m².

Análise toponímica

Na primeira seção deste artigo, intitulada de *A caçula das capitais brasileiras*, foi explicitado que Palmas possui duas explicações históricas para escolha de seu topônimo. Uma relacionada a uma homenagem à comarca de São João da Palma e outra fazendo referência a uma ampla variedade de palmeiras típicas da região, como afirma Póvoa (2004). Desse modo, em termos taxionômicos-toponímicos, a cidade onde estão localizados os objetos de análise deste trabalho pode ser classificada tanto como de natureza antropocultural, com motivação ligada a aspecto histórico e sociocultural, sendo um *antrotopônimo*; quanto como de natureza física, com fator motivacional ligado ao ambiente físico-geográfico, sendo um *litotopônimo*.

Como mencionado no *Percurso Metodológico*, a análise dos topônimos das cinco praias é feita com base no modelo – neste artigo, adaptado - de análise toponímica desenvolvido por Dick (1990). Nas subseções que se seguem do artigo, apresentam-se os quadros de análise dos topônimos específicos das praias, bem como considerações sobre cada um deles.

Topônimo Arnos

Quadro 1. Classificação do topônimo Arnos

Topônimo: Arnos	Localização: Plano Diretor Norte da Capital
Estrutura morfológica: derivação siglada por siglagem fortuita: A + r + no + -s (marcador de plural), a partir de elemento específico composto: Área Residencial Noroeste (substantivo área + substantivo <i>residencial</i> + substantivo <i>noroeste</i>).	

Etimologia: não consta
Motivação toponímica: Os habitantes da localidade formaram a sigla <i>Arno</i> para referirem-se a cada quadra pertencente à Área Residencial Noroeste. Assim, a praia que fica nessa região recebeu o topônimo <i>Arnos</i> , com acréscimo do <i>-s</i> marcador de plural, representando a <i>Praia das Arnos</i> como pertencente às quadras da Área Residencial Noroeste.
Mecanismo conceptual: metonímico.
Taxionomia de Natureza Ambiental: siglotopônimo – topônimo resultante de siglas; e cardinotopônimo – topônimo relacionado à posição geográfica.

Fonte: Elaboração própria.

O topônimo *Arnos* é formado a partir de derivação siglada, ocorrendo por siglagem fortuita, na qual a formação da sigla não obedece a uma regularidade aplicada a um conjunto siglas, estabelecendo-se por utilização dos seguintes grafemas iniciais da nomenclatura Área Residencial Noroeste: *A + r + no*, além do *-s* marcador de plural, utilizado como forma de representar a praia como pertencente às quadras da região. Segundo Rocha (1998), na formação desse tipo de siglagem, há uma preocupação com o aspecto sonoro do item lexical em formação, buscando constituição de um conjunto eufônico, original e chamativo. Por ser constituída por processo de siglagem, não foi possível recorrer à etimologia desse vocábulo, tratando-se de uma criação hodierna. A motivação toponímica da palavra está relacionada à nomenclatura das quadras onde a praia está localizada. Dessa forma, compreende-se que o topônimo *Arnos* foi criado por processo metonímico, no qual há estabelecimento relacional entre as partes (quadras da região) e o todo (praia), nos moldes explicitados pelo semanticista Guiraud (1980). Como Dick (1990) não estabelece classificação taxionômica para topônimos formados por processo de derivação siglada, propõe-se a seguinte: *siglotopônimo*, topônimo resultante de siglagem. Além dessa classificação, *Arnos* pode ser classificada também como *cardinotopônimo*, topônimo relacionado à posição geográfica, quando se leva em consideração sua nomenclatura.

Topônimo *Buritis*

Quadro 2. Classificação do topônimo *Buritis*

Topônimo: <i>Buritis</i>	Localização: Plano Diretor Sul da Capital
Estrutura morfológica: elemento específico simples (subs. <i>buriti</i> + desin. pl. <i>-s</i>).	
Etimologia: Conforme Cunha (2007), a palavra <i>buriti</i> é de origem tupi <i>*miriti</i> , que significa espécie de palmeira (<i>Mauritia vinifera Mart.</i>). Seu registro escrito é datado a partir do século XVIII.	
Motivação toponímica: Os pés de <i>buritis</i> que se encontram nas águas doce da praia contribuíram para designação do topônimo.	
Mecanismo conceptual: metonímico.	
Taxionomia de Natureza Ambiental: fitotopônimo – topônimo relacionado a vegetais.	

Fonte: Elaboração própria.

O topônimo *Buritis* é formado por elemento simples (substantivo *buriti* + *-s* marcador de plural). Segundo Cunha (2007), o vocábulo *buriti* é de origem tupi **miriti*, que significa ‘espécie de palmeira’. Seu registro escrito é datado a partir do século XVIII. A motivação para escolha desse topônimo resulta dos pés de *buritis* que podem ser encontrados nas águas doces dessa parte do lago. Antes da criação da Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, os *buritis* não ficavam abaixo d’água, passando a essa condição após a extensão do lago até as plantações. O mecanismo conceptual do topônimo é metonímico devido à relação de contiguidade: a praia, coisa, recebe o nome de *buritis*, outra coisa com que tem contato, conforme Guiraud (1980). Em termos taxionômicos-toponímicos, *Buritis* está inserido na categoria de natureza ambiental, sendo um *fitotopônimo*: topônimo relacionado a vegetais. A utilização desse vocábulo para designação dessa praia rememora a compreensão de que a flora tem contribuído de forma

significativa em motivações toponímicas, conforme explicitado pela autora Isquerdo (2002).

Topônimo *Caju*

Quadro 3. Classificação do topônimo *Caju*

Topônimo: <i>Caju</i>	Localização: Plano Diretor Sul da Capital
Estrutura morfológica: elemento específico simples (substantivo <i>caju</i>).	
Etimologia: Conforme Cunha (2007), a palavra <i>caju</i> é de origem tupi, <i>*akaiu'i</i> , que significa fruto do cajueiro (<i>Anacardium occidentale</i>). Seu registro escrito é datado a partir do século XVI.	
Motivação toponímica: O topônimo faz referência aos pés de cajueiros que podem ser encontrados nas localidades da praia.	
Mecanismo conceptual: metonímico.	
Taxionomia de Natureza Ambiental: fitotopônimo – topônimo relacionado a vegetais.	

Fonte: Elaboração própria.

O topônimo *Caju* é formado por elemento simples (substantivo *caju*). Conforme Cunha (2007), o vocábulo *caju* é de origem tupi **akaiu'i*, que significa fruto do cajueiro. Seu registro é datado a partir do século XVI. A motivação desse topônimo é referente aos pés de cajueiro que podem ser encontrados nas localidades da praia. O mecanismo conceptual do topônimo é metonímico, ocorrendo da mesma forma como nos topônimos *Arnos* e *Buritis*, isto é, por contiguidade, relacionando elementos próximos, cajueiros, com o todo, praia. A classificação toponímica é de natureza ambiental, sendo um *fitotopônimo*, topônimo relacionado a vegetais. Segundo Dick (1990), na toponímia, *caju* e suas variadas disponibilidades mórficas vocabulares são recorrentes em regiões norte e nordeste do Brasil, com predominância no estado do Pará.

Topônimo *Graciosa*

Quadro 4. Classificação do topônimo *Graciosa*

Topônimo: <i>Graciosa</i>	Localização: Plano Diretor Sul da Capital
Estrutura morfológica: elemento específico composto (substantivo <i>Graça</i> + substantivo <i>Ana</i> formando o nome <i>Graciliana</i> por aglutinação). Em seguida, a partir do nome composto formado, cria-se <i>Graciosa</i> (substantivo <i>Graça</i> + sufixo <i>-osa</i>).	
Etimologia: Segundo Guérios (1981), <i>Graça</i> é um nome próprio de origem cristã: Nossa Senhora da Graça e <i>Ana</i> um nome hebreu. Conforme Cunha (2007), <i>-oso(a)</i> é um sufixo nominal derivado do latim <i>-osus</i> , utilizado para formar adjetivos oriundos de substantivos.	
Motivação toponímica: O topônimo faz referência a uma antiga aldeia que ficava numa região onde atualmente é pertencente à Palmas, Aldeia Graciosa.	
Mecanismo conceptual: metonímico.	
Taxionomia de Natureza Antropocultural: ecotopônimo – topônimo relacionado a habitações.	

Fonte: Elaboração própria.

O topônimo *Graciosa* é formado por elemento composto (substantivo *Graça* + substantivo *Ana*, formando o nome *Graciliana* por aglutinação). Em seguida, a partir do nome composto formado, cria-se *Graciosa* (substantivo *Graça* + sufixo *-osa*). Segundo Guérios (1981), *Graça* é um nome próprio de origem cristã e *Ana* de origem hebraica. Cunha (2007) destaca que o sufixo *-oso(a)* é utilizado para formação de adjetivos a partir de substantivos, o qual é derivado do latim *-osus*. A motivação do topônimo faz referência a uma antiga aldeia que ficava numa região onde atualmente é pertencente à Palmas, Aldeia Graciosa. Segundo Póvoa (2004), em

1824, Raimundo José da Cunha Matos determinou construção de uma aldeia para índios da etnia Xerente. Como forma de homenagear sua filha, Graciana Hermelinda, Cunha Matos escolheu o nome/apelido dela para nomeação da aldeia. Dessa forma, a motivação toponímica dessa aldeia ocorreu por taxionomia de natureza antropocultural, sendo um *antrotopônimo*, topônimo referente a nomes próprios. Diferentemente da *Praia da Graciosa*, cuja motivação não se relaciona à personagem histórica Graciana Hermelinda, mas sim à aldeia que recebeu o seu nome/apelido. Por isso, o topônimo dessa praia classifica-se como *ecotopônimo*, topônimo relacionado a habitações, sendo que o mecanismo conceptual é de natureza metonímica, relacionando a aldeia, parte que existiu, com o todo, praia de Palmas.

Topônimo *Prata*

Quadro 5. Classificação do topônimo *Prata*

Topônimo: Prata	Localização: Plano Diretor Sudoeste da Capital
Estrutura morfológica: elemento específico (substantivo <i>prata</i>).	
Etimologia: Segundo Cunha (2007), a palavra prata vem do latim vulgar <i>*platta</i> , corresponde a um “elemento de número atômico 47, metálico, branco, brilhante, denso, maleável e dúctil, utilizado em numerosas ligas preciosas” (CUNHA, 2007, p. 628).	
Motivação toponímica: O topônimo faz referência a um antigo córrego que existia no local antes da criação do Lago de Palmas, <i>Córrego Prata</i> .	
Mecanismo conceptual: metonímico.	
Taxionomia de Natureza Ambiental: hidrotopônimo – topônimo resultante de acidentes geográficos em geral.	

Fonte: Elaboração própria.

O topônimo *Prata* é formado por elemento específico (substantivo *prata*). Conforme Cunha (2007), a palavra *prata* vem do latim vulgar **platta*, corresponde a um “elemento de número atômico 47, metálico, branco, brilhante, denso, maleável e dúctil, utilizado em numerosas ligas preciosas” (CUNHA, 2007, p. 628). A motivação desse topônimo na nomeação da praia faz referência a um antigo córrego que existia no local onde atualmente fica a praia, *Córrego Prata*. Infere-se que esse antigo córrego foi nomeado como prata devido às características visuais da água. Trata-se de um mecanismo conceptual metonímico, por fazer relação entre uma parte que havia (o córrego) com o todo (a praia). Em termos taxionômicos, classifica-se como *hidrotopônimo*, topônimo resultante de acidentes geográficos em geral. Segundo Dick (1990), os cursos d’água têm contribuído para toponímia desde tempos remotos.

Algumas considerações

Este percurso analítico dos topônimos das cinco praias de Palmas – *Praia das Arnos*, *Praia dos Buritis*, *Praia do Caju*, *Praia da Graciosa* e *Praia do Prata* – contribuiu para conhecimento de um pouco da história da caçula das capitais brasileiras. Com a análise dos termos específicos, compreendeu-se que há predominância em mecanismo conceptual metonímico nos processos denominativos, sendo todos os topônimos formados com base neste fenômeno semântico. Dos cinco topônimos, dois são de origem tupi, *Buritis* e *Caju*, além de o item *Graciosa* fazer referência a uma aldeia indígena. Essas características, duas etimológicas e uma sócio-histórica, revelam traços contributivos da cultura indígena na toponímia da capital.

Nesta pesquisa, as classificações taxionômicas-toponímicas foram: (i) três de natureza ambiental (*Praia das Arnos*, *Praia do Caju* e *Praia dos Buritis*); e (ii) duas de natureza antropocultural (*Praia da Graciosa* e *Praia do Prata*). Dessa forma, a análise dos topônimos demonstrou que ambiente físico e cultural se complementaram na construção das nomeações das praias desenvolvidas a partir do Lago de Palmas. Como Dick (1990) não estabeleceu taxa relacionada a topônimo constituído por processo de siglagem, e um dos topônimos do *corpus*

foi composto por meio desse mecanismo morfológico: *Arnos*, propôs-se a seguinte neste artigo: *siglotopônimo*, topônimo resultante de siglagem. Uma das praias, *Praia do Prata*, teve sua motivação toponímica relacionada a um antigo córrego que havia no local onde fica a referida praia, *Córrego Prata*. A partir disso, sugere-se mais pesquisas acerca desse e de outros possíveis córregos que existiam antes da implantação da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães. Por fim, o estudo dos referentes topônimos reforçou a interação entre língua, cultura e sociedade, sinalizando a língua como materializadora de características socioculturais de seu povo.

Referências

ALMEIDA, Lana Cristina Santana de. Nos trilhos da rua: a motivação semântica da toponímia urbana da cidade de Santo Antônio de Jesus. **Domínios de Linguagem**, v. 5, n. 2, jan. 2012. p. 180-202.

BATISTA, Maria José. Praias palmenses. **Portal da Secretaria do Turismo do Tocantins**, Palmas, 23 abr. 2016. Disponível em: <https://turismo.to.gov.br/noticia/2016/3/23/praias-e-cachoeiras-atraem-visitantes-a-capital-do-tocantins/>. Acesso em: 25 set. 2019.

CUNHA, Antônio Geraldo. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2007.

DIAS, Ana Lourdes Cardoso. Um olhar histórico-etimológico acerca do topônimo Caturai. **Anais do SILEL**, v. 3, n. 1, Uberlândia, 2013. p. 1-12.

_____. **Toponímia dos primeiros municípios tocantinenses**. Goiânia: UFG, 2016. 208 p. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

_____. Antropônimos: interação linguística e sociocultural. In: AGUIAR, Maria Suéli de Aguiar; CASTRO, Maria Célia Dias de; DIAS, Ana Lourdes Cardoso. (Org.). **Onomástica e a identidade do homem**. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2018. p. 237-274.

DICK, Maria Vicentina de Paulo do Amaral. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

GUÉRIOS, Rosário Farâni Mansur. **Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes**. 3. ed. São Paulo: Editora Ave Maria Ltda., 1981.

GUIRAUD, Pierre. **A Semântica**. Tradução e adaptação por Maria Elisa Mascarenhas. 3 ed. São Paulo: DIFEL, 1980. p. 7-78.

ISQUEREDO, Aparecida Negri. A motivação na toponímia: algumas reflexões. In: SELLA, Aparecida Feola. CORBARI, Clarice Cristina. BIDARRA, Jorge. (Org.). **Pesquisa sobre léxico: reflexões teóricas e aplicação**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2002. p. 81-95.

NASCIMENTO, Júnior Batista do. Palmas: a capital. In: _____. **Conhecendo o Tocantins: História e Geografia**. 2 ed. Goiânia, Asa Editora Gráfica Ltda., 2004. p. 83-88.

PALMAS. In: BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades @**. Rio de Janeiro, [2017]. (Recurso eletrônico). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/palmas>. Acesso em: 25 set. 2019.

PÓVOA, Liberato. **História Didática do Tocantins**. 3 ed. Goiânia: Kelps, 2004.

PRAIAS de Palmas. In: PALMAS. **Portal da transparência**. Palmas, desenvolvido pela Diretoria Geral de Tecnologia da Informação, 2015. Disponível em: https://www.palmas.to.gov.br/co-nheca_palmas/praias-palmenses/. Acesso em: 25 set. 2019.

Rocha, Luiz Carlos de Assis. **Estruturas Morfológicas do Português**. 2 ed. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

SANTOS, Antônio Miranda dos. Povoado Canela em Palmas – TO: lugar e reassentamento. **Revista Interface (Porto Nacional)**, v. 14, n. 14, dez. 2017. p. 90-98.

SOUSA, Alexandre Melo de. Pelos verdes mares bravios: a toponímia das praias do Ceará. **Revista Philologus**, CIEFIL, Rio de Janeiro, ano 13, n. 38, mai./ago. 2007. p. 90-108.

Recebido em 15 de setembro de 2021.

Aceito em 08 de novembro de 2021.